

PERCURSOS CAMINHATÓRIOS: A CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO URBANO AROEIRENSE ENTRE SONHOS, DESEJOS E PRÁTICAS (1950-1960)

Jordan Queiroz Gomes¹

Sejam Bem vindos! Caros leitores, nesse nosso texto fazemos um convite para juntos trilharmos por caminhos labirínticos em busca de cacos que nos possibilitem visualizar a construção de uma cidade no tempo. Tratamos neste texto da cidade de Aroeiras² situada em um tempo específico, décadas de 1950 e 1960, momento em que se constitui enquanto lugar demarcável por meio da introdução de sua emancipação política.

Para tanto, nossa revisitação ao passado urbano da cidade, recomposta através de alguns escritos e falas, representadas principalmente pelo exercício da (reme)moraçãõ, é possibilitada na medida em que, interessa-nos nesse passeio, conhecer suas transformações materiais e simbólicas, experienciadas e reinventadas por seus antigos (reme)moradores, dada em ritmos específicos e permitindo o desenrolar de impressões, formas de percepções subjetivas aos moradores que experienciaram tais transformações.

Com este entendimento, na busca de um melhor entrosamento com a discussão do fenômeno urbano, aproximando-se o olhar sobre o objeto cidade, diante das várias portas, como observa Brescianni (1991) e Barros (2007), das múltiplas possibilidades sistêmicas para se adentrar numa cidade que se encontra no passado, orientados por Certeau (1994), encantou-nos a possibilidade de ler o lugar, de observar e interpretar o incessante texto urbano.

Contudo, para recompormos o texto urbano da cidade de Aroeiras, a visitaçãõ ao seu passado, primeiramente, foi feita mediante a companhia de imagens mapeadas em uma memória oficial e técnica (ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS,

¹ Mestrando pelo Programa de Pós Graduaçãõ da Universidade Federal de Campina Grande na linha de Cultura e Cidades.

² Ao que indicam as análises quantificáveis do saber engrenado, técnico, Aroeiras está situada no Cariri paraibano, distante de Campina Grande, cidade pólo, cerca de 54 km e de João Pessoa, capital do Estado, 178 km. Segundo dados do IBGE, inscritos no Censo de 2007, sua populaçãõ é de 19.174 habitantes, contendo, sua unidade territorial, uma área de 375 Km². Na década de 1950, período de nossa revisitaçãõ, a cidade contava com 18.312 moradores dispersos em seus limites urbano e rural. Sendo sua populaçãõ, no adentrar-se de 1955, estimada pelo IBGE (1960) para 20.052 habitantes. Apresentava, na época, uma densidade demográfica de 24 residentes por Km², referência estatística que lhe atribuía o 39º lugar entre as demais cidades do estado. Sua área territorial era de 832 Km² fator que figurava e lhe rendia o 25º lugar entre os 58 municípios em extensãõ territorial existentes na Paraíba. Inconstante em seu clima, ora quente no verão e úmido no inverno, sua temperatura amena em determinadas épocas do ano oscilava entre os 16º e 29º graus.

IBGE, 1960) que, agenciada por um trabalho específico de enquadramento de uma memória coletiva (POLLAK, 1989), nos fornecerá a planta geral da cidade, um mapa (CERTEAU, 1994), da cidade escrita no tempo a partir de intencionais e específicos jogos de interesses e relações de poder.

Desta forma, com o intuito de tornar ainda mais executável nossa revisitação, tomando por base as passagens que ousamos trilhar para peregrinar por entre as ruas da cidade em análise, sentimos a necessidade de confrontar as diferentes informações que coletamos ora, remexendo com as fontes escritas ditas oficiais, ora dialogando com nossos interlocutores. Esta operação presentificada, mediada pela ocasião, torna-se viável mediante a adequada articulação pela metodologia da história oral³, agenciada por uma recorrência ao procedimento de coleta dos relatos através das entrevistas⁴.

Todavia, por este caminho a memória dos antigos moradores, suas lembranças compuseram representações acerca das transformações urbanas aroeirense, sendo o entendimento de representação tomado de crédito das leituras de Chartier (1990). Com este entendimento, discorreremos nossas convicções em torno de que as representações criadas para e sobre as transformações materiais e simbólicas na cidade de Aroeiras, possibilitadas pela fala dos caminhantes do espaço, pessoas que às viveram, nos forneceram outras portas e formas para visualização de tais transformações.

Neste caminho, necessitando estabelecer contato com os “limites”⁵ e possibilidades com que a cidade de Aroeiras e seus moradores experienciaram a relação

³ As referências sobre o método da história oral buscamos os apontamentos feitos por Alberti (2005), no “Manual de História Oral” onde o autor lança diretrizes e orientações para a produção de fontes mediante a aplicação dessa metodologia.

⁴ As entrevistas foram recolhidas, entre os meses de agosto, setembro e outubro de 2008, e maio de 2009, em contato, em momentos distintos, com antigos moradores locais, ampliando as nuances de inteligibilidade do espaço urbano percebido através da memória. Nossos narradores compõem um grupo de sete pessoas, sendo três mulheres e quatro homens, entre 65 e 86 anos, que nos narraram sobre caminhos da cidade de Aroeiras no período de nossa revisitação. Tempo relembrado individualmente, os relatos se remontaram a períodos singulares de passagem em suas vidas, suas lembranças, transformadas em fontes pelo agenciamento e procedimentos da oralidade, assumiram importante lugar de destaque no traçar de caminhos interpretativos pelo espaço urbano aroeirense no período estudado.

⁵ Aranha (2003, p.79) nos chama para o fato de que “há um limite físico no tamanho das cidades do Norte que é preciso considerar” na possibilidade de traçar um estudo que aborde a modernidade urbana no Norte do País entre o final do século XIX e início do XX, porém atenta para os elementos que lhes são peculiares no tocante a experiência da vida moderna no Norte, sobretudo, as que são sobrevindas de certas conquistas materiais. Para este autor, “a experiência moderna na região” Nordeste “não se expressa em termos de vida metropolitana, a exemplo do que ocorre pioneiramente nas duas maiores cidades do século XIX, Londres e Paris”. (ARANHA, 2003, p. 81). Para ele (ARANHA, p. 87), “Trata-se de considerar que a idéia de modernidade, no espaço regional em apreço se configura menos por cenários urbanos marcados pela agitação frenética no cotidiano das ruas com seu ‘rush’ característico, e mais por uma ou outra novidade vinda do estrangeiro, a exemplo das que remetem a idéia de conforto e/ou rapidez e que passam ao imaginário como signos modernos por excelência. Cidade que se quer ‘civilizada’ ou que estaria a ‘civilizar-se’ deveria contar ao menos com uma dessas

com estes instrumentos e aparelhagem urbana, mantemos um diálogo pertinente com ARANHA (2003) em suas análises sobre a experiência de modernidade nortista, propondo outras inquietações para as cidades em transformação, que não considere apenas a cidade moderna por suas dimensões espaciais, quantidade populacional ou ritmo frenético. Ao focar a adoção à modernidade por outros critérios de validação, pudemos perceber as representações e impressões simbólicas diretamente relacionadas às conquistas materiais dos pequenos e médios espaços urbanos nortistas. Por este turno nossa incursão aproxima o debate com a introdução dos chamados “símbolos modernos”.

Desse modo, se pudéssemos nos transportar efetivamente para o passado urbano de Aroeiras no instante de sua emancipação política, poderíamos vislumbrar de uma paisagem amena que variava oscilando em aspectos urbanos e rurais. Nessa empreitada, talvez nos fosse apresentada uma pequena cidade com ruas ainda não nomeadas, com poucos metros de calçamento em curso, ruas um tanto quanto esburacas, algumas poucas casas de comércio, outras poucas pessoas residindo em seu próprio perímetro urbano. Enfim, poderíamos, inclusive estranhar a paisagem acomodada, sem ritmo frenético, sem velocidade nos sistemas de trocas e sem as complexas e modernizadoras utensilagens tecnológicas que embalaram, em compassos inimagináveis⁶, o ritmo de vida nas grandes cidades do período.

Assim, ao adentrar pelas ruas de Aroeiras naquele momento, o leitor teria algumas opções de caminho que dependeriam, sobremaneira, de qual porta de entrada na cidade o visitante estivesse. Isso porque, para seguir viagem, se o caminhante viesse de sua porção norte⁷, dos limites com Campina Grande e Ingá, entraria na cidade pela “rua dos coqueiros”⁸, atual Zeferino de Paula, onde hoje encontramos o rústico portal da cidade,

novidades”. Neste caso, torna-se interessante pontuarmos que as transformações urbanas na cidade de Aroeiras não se deram de forma linear e não foram inscritas em um único período, porém, após a emancipação política, tais transformações foram anunciadas como prenúncios de um novo tempo. É, sobremaneira, a partir daquele momento que a cidade manteve contato, mais intensamente, com “*um ou outro signo da vida moderna*”. (ARANHA, 2003, p. 88).

⁶ Ao analisar as transformações urbanas inscritas no espaço urbano recifense Rezende (1997) discute a idéia do racionalismo tecnicista e na exaltação da ideologia do progresso, de teor quantitativo, que, associado ao próprio ritmo de mudanças frenéticos das grandes cidades, criaram cenários antes inimagináveis.

⁷ As referências aos pontos e localizações norte e sul foram retiradas da Enciclopédia dos Municípios Brasileiros de 1960 p. 201.

⁸ Contudo, por aquela época, teríamos diante de nossos olhos, um caminho a percorrer por onde encontraríamos algumas poucas casas que dividiam território com o “mato” e os gigantescos coqueiros que deram “nome” a rua. Ao adentrar na pequena vila, se tomarmos como pontos de referências os anos anteriores a 1953, por aquele caminho seria notória a ausência de calçamento e ainda a falta de

seu centro administrativo, traços de uma rua larga de mão dupla, com elegantes residências, além de outros atrativos e lugares de utilidade e consumo que compõe a sua própria paisagem urbana e material.

Agora, porém, não podemos deixar de apresentar o outro caminho de entrada da cidade, aberta aos visitantes, se por ventura o caminhante se encontrasse em sua posição sul⁹ vindo dos limites da cidade com Umbuzeiro. Por aquela passagem, o leitor caminhante, poderia adentrar por uma entrada que foi caminho de animadas e embaladas caravanas advindas de Umbuzeiro – década de 1930 – cidade administrativa do povoado naquele momento, conforme nos indica periódicos da época que analisaremos mais a frente.

Por outro lado, as aspiração de edificar a cidade ganhavam corpo em presença de algumas transformações em seu cenário urbano, primeiramente com o intento de remover o morro de pedras, ou a pedreira que, ao que tudo indica, “enfejava” o centro da cidade, a desconfigurava, criando uma paisagem involuntária para o andamento da propositura de articular um corpo organizado a cidade. A remoção da pedreira foi uma constante preocupação, revestida de expectativas, na época do governo de Sebastião Souto Maior, sendo a sua remoção, ou “encobrimento”¹⁰ e construção da praça uma marca de tais obras no centro da cidade.

iluminação pública e também residencial, conforme nos indica o Sr. Gilberto Bezerra, um de nossos narradores do espaço, quando diz que, *...aqui (apontando para a rua Zeferino de Paula – Antiga Rua dos Coqueiros), mesmo na época de 50, 55, nessa rua aqui não tinha... só tinha mesmo uma casa... ai pronto o cabra descia...* Continua informando que, *dali pra frente não tinha mais nada até no posto (se referindo ao atual Posto de Combustível Dallas)* A descrição de nosso narrador indica o percurso da entrada da cidade e de parte da descida pela rua dos coqueiros, pela qual notamos traços da vida urbana oscilando entre espaços de urbanidade, com considerável número de residências, e espaços desabitados, sem a presença da materialidade cidadina. Entrevista concedida ao autor pelo senhor Gilberto Bezerra de Souza em 22 de Março de 2009

⁹ Por aquela entrada, seria possível ao caminhante conjecturar de uma visão panorâmica da cidade, haja vista se encontrar em posição privilegiada na “rua do alto”, atual Eptácio Pessoa, de onde é possível lançar uma visão parcial da cidade avistada de cima. Após visualizá-la do alto, o leitor visitante poderia continuar sua caminhada descendo a rua em direção ao centro da cidade. Junto com ele desceríamos, sem pressa, rumo a Rua Grande, ou Rua do Comércio como era conhecida. Contudo, por aquele caminho, bem diferente de hoje em dia, talvez o caminhante sentisse dificuldade na descida, pois, a rua se mostrava bastante esburacada, sobretudo se a época da visita coincidissem com o período de chuvas. Informações concedidas pela Sra. Iracema Ramos, entre os meses de setembro e outubro de 2008, sobre a Rua do Alto ela nos diz que *“nessa rua aqui tinha cada uma vala que dava pra cobrir um homem”*, e acrescenta dizendo que a *“cidade era muito atrasada”*.

¹⁰ Nos registros de Atas do Legislativo Municipal encontra-se referências escriturísticas datadas de 02 (dois) de Março de 1957, da 2ª sessão da 1ª reunião ordinária, do mesmo ano, da Câmara Municipal, na ordem do dia o Projeto de Lei nº 1/57 em seu Art. 1º, em que o poder legislativo aprova o referido projeto que diz o seguinte: *...fica o prefeito autorizado a abrir um crédito especial, no total de duzentos mil cruzeiros (Cr\$ 200.000,00) para conclusão do calçamento e obras para de embelezamento da cidade, tais como: construção de um muro decorativo, ocultando a pedreira existente nesta cidade, construção de um abrigo, um pavilhão de recreio, bem como de bancos de cimento, etc...*

Com estas intenções, com destaque a propositura de “embelezamento” e de se construir “*um muro decorativo*” a pedreira, denunciante do enfeimento do centro da cidade, da desconfiguração do lugar, ganharia um status decorativo, uma atração visual construída para configurar o embelezamento do lugar. O seu encobrimento representaria a possibilidade de atribuir uma conformação atraente da cidade. Transformada em um novo ambiente de sociabilidade, lugar de encontro, “recreação”, de caminho, criada para a coletividade¹¹, a praça ganha por esta passagem também a condição de texto, asseada, moderna, símbolo da modernidade, lugar público, de incidência, de trocas, e de rearranjo das relações sociais.

Porém devemos ressaltar que a obra não fora feita de forma desinteressada e que mesmo sendo destinada ao uso público, ela se fazia no sentido de poder ser lembrada “*obra de Sebastião Souto Maior*”¹², sobretudo vinculada a imagem de audácia e coragem de um homem público que, “*sem recursos*”¹³, fez relevantes obras sendo lembrado por muitas como “*prefeito trabalhador*”. Nas lembranças de Sr. Daniel o memorável prefeito dizia em público: “*como prefeito ia fazer o que fosse preciso pra Aroeiras crescer...*”.

O aparelho de TV, este símbolo moderno, adquirido pelo Prefeito Sebastião Souto Maior, suscitou em alguns moradores locais o desejo por provar desse novo e envolvente aparelho moderno¹⁴. Para o Sr. Daniel, antigo alfaiate da cidade, “*após a*

¹¹ O texto praça assumiu também a função de fazer encantar o olhar leitor, na medida em que serão inscritos sobre ela novas sensibilidades e experiências modernas, transformando-a não apenas em um espaço de festa e de encontro, mas, sobretudo, das infundáveis relações estabelecidas com um as trocas, apropriação e consumos desses bens materiais e simbólicos. Diante de tal propositura, a compra do aparelho de TV, alocado no recinto da praça após a sua construção, a introdução neste local de um aparelho rádio transmissor. Informações retiradas do Livro de ATAS LEGISLATIVO MUNICIPAL, p. 25, datado de 02 de Março de 1957, que versa sobre a deliberação de crédito, mediante aprovação do Projeto de Lei nº 3/57, ao poder executivo para aquisição do aparelho rádio transmissor a ser alocado no abrigo recreativo construído junto com a praça.

¹² Informações retiradas da entrevista concedida pelo Sr. Daniel Bento Simplício em 25 de Agosto de 2008.

¹³ Na entrevista que fizemos com o Sr. Gilberto Bezerra de Souza no dia 28 de Março de 2009, o Prefeito Sebastião Souto Maior é apresentado como um administrador operante na época, “*que sem recurso nenhum, apenas com recursos próprios*” do nascente município havia construído, além da praça, alguns grupos escolares, o açude de Jucazinho e parte do calçamento da rua central, sobretudo a que passava em frente a “decorativa” praça. A imagem do prefeito trabalhador também surgiu em outras lembranças durante nossa caça aos relatos de memória, com destaque as referências feitas pelos senhor José Guedes no dia 04 de maio de 2009, sobretudo as suas menções a idéia de trabalho iniciado após a emancipação política e continuada em seu governo (1955) bem como a referência que aparece em quase todas nossas entrevistas ao açude de Jucarzinho construído pelo então Prefeito e que é lembrada nas memórias de D. Iracema, em entrevista do dia 22 de outubro de 2008, como uma “*importante obra que melhorou a situação do abastecimento de água na cidade*”.

¹⁴ Igualmente podemos ainda direcionar nossas intenções em direções a alguns outros utensílios modernos, de uso coletivo, que foi alocado neste ambiente. Falamos em utensílios modernos nos referindo, não apenas a TV instalada espaço, mas também “*ao aparelho de rádio transmissão e do motor*

*implantação da televisão, acabou a retreta lá no baldo do açude, a festa era todo dia há noite*¹⁵... Contudo, apesar disso, para ele, diante da admiração, “...*agente dizia olha a televisão, vamos olhar a televisão, tinha um tal do repórter Eresso (risos), que dava notícia do mundo inteiro, todo mundo batia palma, depois enquanto a luz não dava sinal, dançavam por ali um pouquinho, depois quando a luz dava sinal todo mundo voltava pra suas casas. (...)*”. Para esse (reme)morador, “*Dia de Sábado e de Domingo... Aquela praça ficava aquilo, bem lotada, pra escutar a televisão, pra ver*”.

O fascínio pela imagem, pela projeção suscitou entre os moradores novas experiências e significações diversas. Era, antes de tudo, a modernidade sentida mediante a visualização dos aparelhos modernos. Essa curiosidade, esse desejo e encanto diante do novo, tangenciou experiências inscritas diante da novidade, da notícia, da informação veiculada, da comunicação visual e auditiva¹⁶. O Sr. Pedro relembra com entusiasmo as notícias de quando da impressão de certo morador local, o Sr. Dão Pineco, em passagem pelo Rio de Janeiro avistando o envolvente aparelho e trazendo à Aroeiras a notícia do que havia visto. Ele diz que quando chegou aqui ele disse que,

...eu vi um aparei (sic) que agente ta aqui conversando e tão conversando também no Rio de Janeiro - oxente que conversa é essa? (exclamou ao anunciante) – tu vai ver se eu num trago uma! – quando foram ligar a bicha (se referindo a TV) era gente que a casa de Néco Luna não cabia, esperando pra ver a projeção... ficaram tudo admirado né (sic), com aquele aparelho¹⁷.

A fala do narrador se remete a chegada do aparelho televisor, primeiramente no ambiente privado, no caso a casa do Sr. Néco Luna, antigo morador e vereador local, onde eram abertas algumas portas e janelas para que, o “povo curioso”, assistissem encantados a projeção das imagens. A TV representava, de acordo com a fala, a possibilidade de deslocamentos do espaço, o contato com outros mundos, outros lugares¹⁸.

para fornecer energia elétrica para o referido aparelho” (ATA DO LEGISLATIVO, 1957, p.25), adquirido na ocasião e que servia para embalar as noites de festas naquele ambiente “moderno”.

¹⁵ Entrevista concedida ao autor pelo senhor Daniel Bento Simplício no dia 25 de Agosto de 2008.

¹⁶ No contexto estudado, para Sevckenko (1998, p. 556) “*a televisão herdava do rádio e do cinema as funções de máquina de fazer mitos, se aproveitando da maior intimidade com que disputaria o espaço doméstico e o cotidiano de seus espectadores*”.

¹⁷ Entrevista concedida ao autor pelo Sr. Pedro Francisco Alves em 04 de Maio de 2009.

¹⁸ Sobre as significações e os deslocamentos produzidos pro este símbolo moderno nos moradores da localidade, é interessante lançarmos mão do Projeto de Lei nº 01/63, de autoria do vereador Pedro Paulo de Andrade, que versa sobre autoriza a compra de um aparelho de TV a ser implantado na então vila de Pedro Velho que traz como justificativas o fato de estarem os moradores da Vila “*a reclamar a solidão e pedem a televisão para desfazer aquele ambiente desolador*. Projeto de Lei nº 01/63 de autoria do vereador Pedro Paulo de Andrade Ata do Legislativo Municipal.

Por outro lado, imagens de sonhos, os caminhos da fantasia e de encantamento, não eram projetadas apenas pela TV, mas também pelas tramas que redefiniam “horários de lazer, aproximava corpos, definia comportamentos¹⁹” enredadas pelos filmes “rodados” no cinema. Espaço de fuga para alguns, a “fábrica de sonhos²⁰” representou o desprender-se de algumas realidades cotidianas em função do deleitar-se em espasmos mágicos diante das imagens dos filmes e dos atores holywoodianos. Porém, ainda neste caso, era acessível a poucos, degustadas por alguns que detinham de alguns “tons” que deslocavam-se com “seus banquinhos” enfileirados no “ambiente público”²¹ de uso privado para assistirem aos filmes. Mesmo assim, “era divertido, uma novela quando a fita enrolava e os camaradas iam emendar a fita”²². Ocasão a degustação momentânea de fantasias imagéticas visualizadas pelos filmes de ação, do faroeste dos “bandidos vencidos pelos mocinhos”, dos heróis norte-americanos que embalavam sonhos, despertavam expectativas e criavam representações sociais que se conectavam na criação e feição de personagens cotidianos transmutados pelas imagens e estilos²³ figurados pela projeção.

As imagens projetadas pela televisão e pelo cinema da cidade criaram um ambiente propenso ao arrolamento de fantasias e imaginação que, de uma maneira ou de outra, contribuíram para compor a experiência dos moradores de Aroeiras com a modernidade. Esta experiência e as impressões dela advinda, acabaram criando cenários novos de apropriação, consumo e recepção destes instrumentos. Eles, cada um ao seu modo e a seu tempo, redefiniram espaços²⁴, recriaram caminhos projetaram-se diferentemente no imaginário urbano da cidade.

Por outro lado, ainda percorrendo os caminhos da construção material e simbólica da cidade de Aroeiras, a ata do legislativo a qual usamos, é seguida de uma série de projetos de Lei e requerimento, entre a segunda metade da década de 1950 e

¹⁹ Rezende (2003, p.136).

²⁰ Ibidem, (p. 136).

²¹ O cinema da Cidade, alocado no mercado público, ainda na década de 1950, era de propriedade privada, onde era cobrado uma quantia pra entrar, os moradores tinham que levar tamboretas - bancos de madeira – onde sentavam e assistiam os filmes que vinha de Chã do Rocha – PE, informações cedidas pelo Sr. Daniel em entrevista cedida em Agosto de 2008.

²² Entrevista concedida ao autor pelo senhor Gilberto Bezerra de Souza em 22 de Março de 2009.

²³ Em nossas entrevistas e na análise de algumas fotografias da época era uma constante, sobretudo no período do Carnaval, alguns moradores se fantasiarem a caráter dos personagens dos filmes, abordando temáticas heróicas e personagens característicos dos cenários do Oeste norte americano. Em algumas fotografias encontramos a representação de um Zorro encapuzado em cima de um cavalo, e também pessoas encenando confrontos entre personagens.

²⁴ Para Rezende (2003, p. 136) o cinema representava “a fuga da monotonia do cotidiano, a criação de um novo território para o sonho, para que cada um pudesse multiplicar seus amores e esquecer das suas cruéis limitações”....,

primeira metade de 1960, que trazem, em seu conteúdo “legal” e justificativas verbais, a necessidade de se projetar a cidade dando-lhe nova forma. Por exemplo, o Projeto de Lei 01/57, que nos referimos anteriormente, é seguido dos Projetos nº 2, 3 e 4 do mesmo ano que continuam a versar sobre a liberação de créditos para implantação de aparelhos, construção e remodelação de espaços públicos, além da introdução de serviços preventivos, médico-hospitais demonstrando também a preocupação “higiênica” de manter a cidade limpa e segura diante de certas calamidades²⁵.

Nesse contexto, devemos salientar a confecção da escrita da narrativa sobre a história da cidade, o “emplacamento”²⁶ de algumas ruas, além da implantação de novos aparelhos e a construção de novos espaços, como elementos constituintes e continuadores dessas transformações, todos inscritos entre a segunda metade da década de 1950 e a primeira metade da década de 1960²⁷. Contudo, neste momento será notório, ainda, atentarmos para o lugar de fala dos agentes políticos locais na busca por construir a cidade dos sonhos e do desejo²⁸.

²⁵ Os projetos são transcritos na Ata (1957, p.25) da seguinte forma: “*Fica o poder executivo autorizado a abrir um crédito especial no total de Cr\$ 171.000,00 (cento e setenta e um mil cruzeiros) sendo Cr\$ 36.000,00 (trinta e seis mil cruzeiros) para pagar a um médico que visitará nossa cidade dois dias por semana e atender a certos chamados urgentes; ... e Cr\$ 120.000,00 (cento e vinte mil cruzeiros) para remodelar o mercado público desta cidade ... designar do saldo a importância de 100.000,00 (cem mil cruzeiros) parte dos tijolos e cimento para construção de um prédio que servirá de Posto Médico pequeno Hospital, o restante do saldo ... e a possível sobra de tijolos, deve ser destinada a construção de um prédio Recreativo que deve receber o nome de ‘Recreativo Educacional de Aroeirense’... abrir um crédito especial... para a ajuda do pagamento do novo Prédio onde funciona o IBGE...*”

²⁶ Em discurso proferido em 12/12 de 1960, pelo vereador Pedro Andrade, felicita-se diante iniciativa do Sr. Prefeito Joaquim Antônio de Andrade da UDN em 1960 em emplacar as ruas da cidade. Assim ele retrata a implantação de tamanha melhoria: “*venho ao plenário, impacientar por um instante, aos nobres componentes, mas não podia deixar de dar conhecimento a casa, da deliberação do Sr. Prefeito, de haver emplacado as ruas de nossa cidade. Congratulo pelo grande melhoramento*”. A fala do autor é ainda alusiva nos projetos de construção da cidade, neste caso demarcando a planta urbana através da nomeação de suas ruas. A referida conquista foi possibilitada mediante aprovação do Projeto Lei n 5/60 do executivo municipal, aprovado pela câmara na 4ª sessão ordinária da 1ª reunião da Casa, relatada em seu Livro de Atas (p. 86) em 25 de junho de 1960. Na ocasião o referido projeto versou sobre a “*deliberação de crédito de 10,000,00 cruzeiros para o emplacamento das ruas da cidade*” (ATA DO LEGISLATIVO MUNICIPAL, 1960, p. 85). A menção a conquista também aparece transcrita no livro de Atas daquele mesmo ano, em 12 de dezembro de 1960, durante a primeira sessão ordinária da Câmara Municipal de Aroeiras, onde, na ordem do dia, onde o mesmo, então presidente da câmara pela UDN, dirigiu-se ao plenário usando a palavra para fazer um “*discurso congratulando o Senhor Prefeito por ter emplacado as ruas da cidade com os personagens indicados nas placas, onde se distingue a do sábio Pe. Leonel Franca*”.

²⁷ Ainda na década de 1960, em sua primeira metade, sendo o executivo municipal chefiado pelo então prefeito Joaquim Antônio, foi fecunda ainda para implantação de outras obras e instrumentos modernos que, além da implantação da energia elétrica, podem ser visualizados a partir do complemento do calçamento do centro da cidade – Rua Antônio Gonçalves –, o calçamento da Rua do Alto (Epitácio Pessoa), a construção dos primeiros esboços narrativos sobre a história da cidade, o emplacamento de algumas ruas, a aquisição e instalação de dois aparelhos de televisão para as vilas de Pedro Velho e Gado Bravo, enfim, representam o ajuntamento desse desejo embalado por outros ritmos temporais.

²⁸ Para ele, o acontecimento que os unia naquela ocasião era, ...*dos mais expressivos na luta que estamos empenhados pelo desenvolvimento do nosso município. De fato, a inauguração do calçamento desta bela*

Por outro lado, nota-se que a chegada da luz elétrica na cidade, no início da década de 1960, conforme denota a fala do orador citada anteriormente, continuou a destacar o promissor e singular contexto de transformações urbanas. A energia de Paulo Afonso, como ficou conhecida, demarcou outro novo momento vivenciado pelos moradores da cidade, referenciada como termo divisor do atraso vivido pela urbe, essencial para o seu desenvolvimento. Ao menos, a partir da chegada da luz elétrica, alguns moradores não mais, necessariamente, precisariam se recolher mais cedo a seus recantos privados em função do “*sinal para o apagar das luzes a motor*”²⁹. Ela segue os caminhos das propostas de criar um ambiente propenso a utilidade e bem estar público³⁰.

Inaugurada em 16 de setembro de 1936, para o Jornal que publicou a matéria dedicando ao acontecimento toda a sua 3ª (terceira) página, “*a alegria dos aroeirenses é impossível de descrever nestas linhas. A população laboriosa agradecida, então ao seu digno e operoso edil, soube render uma homenagem que culminou numa verdadeira consagração*” (A IMPRENSA, João Pessoa, p. 3, 1º ago. 1936). O fato da chegada da luz é comemorado com apreço de festividade que, ritmada numa lógica temporal linear, perdurou por todo o dia, dado a ânsia e desejo em ver as luzes acender no horário marcado. Para Aranha (2003, p. 115) na região estudada a instalação desse instrumento de conforto “*só começa a tomar corpo a partir dos anos de 1920, pois antes desta data é uma experiência restrita às capitais e a uma ou outra cidade do interior*”.

Talvez por isso, a inauguração da luz movida a motor, quando da chegada da “*comitiva do ilustre prefeito*” vinda cidade de Umbuzeiro, recebida por parte da elite e

Vila é uma das mais importantes contribuições para o desenvolvimento desta zona, inicial, de suas aspirações, indispensável ao seu progresso. Consta-nos que é do Programa do Exmo. Senhor Prefeito municipal estender também a rede de luz elétrica da Saelpa até esta Vila; realmente, não se pode falar em desenvolvimento sem energia; uma terra não se pode industrializar, não se pode superar as condições primárias do seu atraso sem que nela disponha de equipamento energético característico da civilização moderna. (...) Quero... congratular-me com o povo deste distrito e com todos os municípios pela inauguração deste melhoramento... Discurso proferido pelo vereador Pedro Paulo de Andrade na ocasião da inauguração do calçamento da vila de Gado Bravo, pertencente ao município de Aroeiras (década de 1960).

²⁹ A luz da cidade, até a década de 1960 era alimentada por um motor de combustão que funcionava em período específico da noite sendo “o sinal” que dava, piscando a luz, um indicativo que aproximava-se a hora de se recolher e manter aproximações com outros instrumentos de iluminação.

³⁰ Contudo, “*A chegada da luz em Aroeiras*”, conforme publica o Jornal A Imprensa em um sábado, 1º (primeiro de agosto) de 1936, ocorre em momento anterior a década de 1960, indicando, já por aquele tempo, um primeiro contato dos moradores do então povoado das Aroeiras com os equipamentos modernos. Energia esta que ainda não era a vinda de Paulo Afonso, mas que, embalados por um singular momento de “*desenvolvimento do estado e conseqüentemente da cidade – Umbuzeiro*” – a que pertencia a posterior vila de Aroeiras, acendeu os primeiros bicos de “*luz do próspero povoado*”³⁰, erigia-se como importante instrumento de utilidade coletiva alocado naquele espaço já no adentrar-se da segunda metade da década de 1930.

membros da esfera religiosa local, tenha sido prenunciada pela sinfonia dos foguetões e os enfeites bandeirolados que transformaram o ato numa solenidade coletiva seguida de palmas, discursos e banquetes até chegar a hora da tão esperada inauguração. A comemoração foi acondicionada pelo som da orquestra que anima a passeata pelas ruas da cidade e o baile, que adentrou-se até as primeiras horas da madrugada, quando o sinal é dado para o apagar da luz³¹.

Por outro lado, se quiséssemos recuar um pouco mais no tempo em busca de outros símbolos modernos que proporcionaram a experiência da região norte com a modernidade e contemplados em Aroeiras em período anterior ao tensionado nesta escrita, poderíamos estabelecer feições com o Telégrafo Nacional inaugurado nos idos de 1918³². A chegada do telégrafo³³ talvez tenha suscitado o desenrolar de um importante momento na localidade, haja vista ser este um utensílio que permitia a aproximação de mais informações ao lugar, possibilitando uma maior ligação entre o lugarejo, a capital e demais regiões do país.

Diante disso, torna-se interessante discorrermos que, embora escriturariamente, e em algumas memórias, as transformações urbanas inscritas no espaço da cidade de Aroeiras estivessem direcionadas ao bem e usufruto público, coletivo, essa perenidade unidimensional mudou, por vários pontos, seu curso diante das práticas do espaço³⁴. Isso significa dizer que, por estarmos tratando de um espaço de vivências, um produto construído no tempo, a cidade apresenta-se enquanto palco confuso, onde pequenos anfiteatros são montados, e os atores, também espectadores, às vezes, e quase sempre sem perceberem, alteram, redirecionam os enredos mudando a apresentação e apropriação das cenas.

Se tomarmos a cidade sobre estes caminhos, sempre abertos, por estas trilhas estreitas e às vezes escuras, estranhas, lamacentas e insalubres, por exemplo, talvez

³¹ O jornal (A IMPRENSA, João Pessoa, p. 3, 1º ago. 1936) narra sobre a chegada da comitiva e dos preparativos para receber a feita, quando, *“Espocam no ar, foguetões anunciado a aproximação do prefeito e de sua comitiva. O povoado está inteiramente embandeirado. Há intenso jubilo entre os habitantes. Os caravaneiros entram na principal rua onde grande massa popular da localidade e circunvizinhanças aguardam a chegada do dr. Carlos Pessoa. Uma salva de palmas é seguida de respeitosa girândola, saúdam os recém chegados. (...) Pelas 17 horas toda população de Aroeiras, acompanhada do Sr. Prefeito rumou para o prédio onde se achava instalado o motor da “luz” onde se encontravam numerosas famílias. Após a cerimônia de benção do prédio e do motor pelo Pe. Cônego Antônio Ramalho, o chefe das máquinas, liga o motor, iluminado-se o salão em que se achavam a assistência, ouvindo-se inesperadamente aclamações e palmas”*.

³² Informações retiradas de ANDRADE (1981).

³³ Para Aranha (2003, p. 105), o telégrafo representa *“muito para cada localidade, representa o fim de barreiras espaço-temporais em sua comunicação com o mundo exterior”*.

³⁴ Para Rezende (2003, p. 131) *“... as fronteiras entre o antigo e o moderno são históricas, móveis e, às vezes, ilusórias”*.

tenhamos algumas elementos interpretativos para o fato de que, embora fosse festejada como bem público, de melhoramento do espaço, a luz elétrica que chegava à cidade naqueles idos de 1960, não era produto consumível de todos os moradores da cidade. Atentarmos que, mesmo a que era produzida a motor, não chegava a todos os ambientes, nem a todos os recintos da cidade, deixando as escuras vários pontos, vários lugares de sociabilidade afetivas e ambientes privados que iluminavam-se com fagulhas, centelhas de luzes vulneráveis³⁵ e que, quando apagavam-se, nos lembra D. Maria “ficava a rua feito um cemitério, aquela escuridão... Aroeiras era muito atrasada”³⁶. Ou seja, apesar da presença do desejo, o sonho de transformar a cidade não tiraram seus aspectos e traços interioranos, não eliminaram seus limites e contradições³⁷.

Ela continuou sendo, aos olhos de muitos de seus habitantes, inclusive em suas experiência e vivências cotidianas, uma pequena cidade onde alguns poucos automóveis, a própria praça, entre outros instrumentos modernos os quais citamos, dividiam espaço com animais que transportavam água, encenando aspectos de ruralidade em contraposição as feições urbanas e impressões modernas que a cidade ia tomando. Enfim, para alguns, ela permanecia “atrasada”, bem diferente da cidade do desejo projetada por seus administradores. Isto porque, talvez, “a cidade que se mostra no visível, esconde-se no que tem de indisível, é muito maior do que o espaço físico que ocupa e menor do que os sonhos e desejos de seus habitantes” (REZENDE, 2003, p. 138). Por hora, estendemos por demais os rumos de nossa caminhada, não podemos mais alongá-la, porém devemos ainda registrar que a propositura da rede, da trama enredada, tornou uma transitada via de passagens menores, cavidades, buracos que podem ser retomados em outras histórias.

³⁵ Em 1960, segundo dados fornecidos pela enciclopédia dos municípios brasileiros (IBGE 1960, p. 202), havia um consumo de aproximadamente 25.000 velas diárias, “sendo 7.000 para fins de iluminação pública e 18.000 para fins particulares”, referências quantificáveis que nos põe diante do fato de que nem todos habitantes da cidade naquele tempo usufruíam da luz elétrica ou a motor em suas residências.

³⁶ Entrevista concedida ao autor pela Sr^a Maria Ramos de Queiroz no dia 13 de setembro de 2008.

³⁷ Nas memórias do Sr. Pedro Francisco a introdução da luz elétrica no período estudado foi tida como importante, porém, ressalva que “nem todo mundo pode botar na hora, demorou... na rua (se referindo ao centro da cidade) botaram logo, porque na rua era da nata branca (referindo-se a elite local)”³⁷. Ele completa dizendo que ele mesmo não pode botar na época em que foi inaugurada, sobretudo por não ter condições financeiras. A energia que era contemplada na cidade ia iluminando caminhos e deixando muitos outros sem a presença da sua utilidade. Devemos relembrar que os discursos que eram proferidos em torno da importância desse instrumento moderno no perímetro urbano aroeirense foram direcionados como uma conquista coletiva, alterando o que na verdade era a implantação de um bem de uso privado, degustado restritamente por uma minoria elite local que residia, sobretudo, nas direções do centro da cidade. Ou seja, os discursos e justificativas utilizadas por de determinados grupos de privilégio econômico, político e social da cidade passavam uma idéia estruturante de satisfação e da importância diante da implantação destes símbolos. Mas, em vários pontos da cidade, ela permaneceu inacessível.

ACERVOS E FONTES E BIBLIOGRAFIAS

Ata da Câmara Municipal de Aroeiras. Projetos de Leis e Anteprojetos e Justificativas verbais. Décadas de 1950/60.

Discursos Políticos. Pertencentes ao Sr. Pedro Paulo de Andrade. Décadas de 1950-60 e 1980.

Esboço Geográfico Histórico do Município de Aroeiras I (1962).; Conjunto de Trabalho e Literatura das Investigações Dirigidas por: Historiador Pedro Paulo de Andrade (1971).; Esboço Geográfico Histórico do Município de Aroeiras II (1972)

LEI nº 980/53. Assembleia Legislativa da Paraíba. Disponível em www.al.pb.gov.br. Acesso em 20 de Outubro de 2008.

ANDRADE, Pedro Paulo. **Aroeiras sua História.** Campina Grande, Editora e Gráfica santa Fé Ltda., 1981.

_____. **Aroeiras sua Origem.** A UNIÃO Cia. Editora, 1984.

Acervo Fotográfico do Professor Dudé das Aroeiras disponível na Biblioteca Municipal de Aroeiras.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral.** 3 ed. Rio de Janeiro, FGV, 2005.

ARANHA, Gervácio Batista. **Seduções do Moderno na Parahyba do Norte: Trem de Ferro, Luz Elétrica e Outras Conquistas Materiais (1880-1825).** In: Ó, Alarcon Agra do ET. **A Paraíba no Império e na República: Estudos de História Social e Cultural.** João Pessoa: Idéia, 2003.

BRESCIANNI, Maria Stella. **As sete portas da cidade.** IN: Revista Espaço e Debate. Nº. 34, São Paulo: NERU, 1991.

BARROS, José D'Assunção. **Cidade e História.** Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

CERTEAU, Michel. **A Invenção do Cotidiano: artes de fazer.** Tomo I. 10ª edição. Petrópolis: Editora Vozes, 2004.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações.** Lisboa: DIFEL, 1990.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Muito Além do Espaço: Por Uma História Cultural do Urbano. Estudos Históricos,** Rio de Janeiro, n. 16, p. 279-290, 1995.

POLLAK, Michel. **Memória, esquecimento, silêncio.** IN: **Estudos Históricos. Memória 3.** Rio de Janeiro: Edições Vértice, 1989.

REZENDE, Antonio Paulo. **(Des)encantos Modernos: Histórias da Cidade do Recife na Década de Vinte.** Recife: FUNDARPE, 1997.

_____. **O Recife nos Anos Vinte: As Imagens e Vestígios do Moderno e os Tempos Históricos.** Disponível em: http://www.cchla.ufpb.br/politicaetrabalho/arquivos/.../artigo_09.pdf. p. 129 - 139, 2003. Acesso em 25 de outubro de 2008.